



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

“POR UM MOÇAMBIQUE LIVRE DA CORRUPÇÃO”

**Intervenção de Sua Excelência Daniel Francisco Chapo,
Presidente da República de Moçambique, Chefe do
Governo e Chefe do Estado por Ocasão da Cerimónia de
Encerramento da Conferência Nacional sobre o Combate
à Corrupção**

Cidade de Maputo, 14 de Outubro de 2025

- **Venerando Presidente do Tribunal Supremo;**
- **Veneranda Presidente do Tribunal Administrativo;**
- **Digníssimo Procurador-Geral da República;**
- **Senhor Primeiro Vice-Presidente da Assembleia da República, em representação da Presidente da Assembleia da República;**
- **Senhor Secretário-Geral do Partido FRELIMO, partido no poder;**
- **Distintos Membros do Governo da República de Moçambique;**
- **Venerandos Juízes Conselheiros;**
- **Senhores Deputados da Assembleia da República;**
- **Senhores Membros do Conselho Consultivo da Presidência da República;**
- **Digníssimos Procuradores-Gerais Adjuntos;**
- **Senhores Secretários de Estado, a nível Central e de Província;**

- **Senhores Governadores Provinciais;**
- **Senhores Presidentes dos Conselhos Municipais;**
- **Senhores Administradores Distritais;**
- **Magníficos Reitores e Directores Gerais de Instituições de Ensino Superior e de Investigação;**
- **Caros Magistrados Judiciais, Administrativos e do Ministério Público;**
- **Senhores Gestores de Instituições públicas e privadas, aqui presentes;**
- **Senhores Representantes de Partidos Políticos;**
- **Ilustres Líderes Comunitários e Religiosos;**
- **Senhores Representantes da Sociedade Civil;**
- **Caros Oradores e Moderadores;**
- **Caros Amigos da Comunicação Social;**
- **Senhores Directores de Escolas, Membros dos Conselhos de Escola, Professores e Estudantes;**
- **Distintos Convidados;**

- **Minhas Senhoras e Meus Senhores;**

1. Queremos, uma vez mais, expressar, em nome do Governo da República de Moçambique, o nosso sincero agradecimento à Procuradoria-Geral da República de Moçambique pelo convite que nos foi endereçado para participar no acto de encerramento desta **Conferência Nacional sobre o Combate à Corrupção**, realizada sob o lema inspirador ***“Por um Moçambique Livre da Corrupção”***.
2. Desde o dia de ontem, 13 de Outubro, quando este importante evento foi lançado, os moçambicanos têm sido amplamente enriquecidos, através das diversas plataformas de comunicação social e digital, por mensagens e reflexões profundas sobre a **prevenção e combate à corrupção**.
3. As várias temáticas aqui abordadas, reflectem de forma inequívoca, o reconhecimento de que **a corrupção é um mal que afecta a todos, mas que só nós próprios, moçambicanos, podemos e devemos erradicar**, através do reforço das instituições, cultura de prestação de contas e, sobretudo, integridade.

4. Bem vistas as coisas, o dia de hoje marca o derradeiro momento de dois dias de intensa reflexão, em que olhámos para o país, como moçambicanos, de forma aberta e honesta. Falámos com franqueza, com coragem e sem disfarces. Diferentemente do que até parece óbvio, em boa verdade, **esta conferência não termina, transforma-se agora em um compromisso, em uma responsabilidade** para todos nós. **O combate à corrupção não é um acto, é um processo. Não é uma bandeira, é um modo de governar.**
5. Este evento ensina-nos sobre o papel activo da sociedade civil, sector privado, instituições da Administração da Justiça, organizações sócio-profissionais, entre outras, na consolidação do Estado de Direito Democrático.
6. Debates como estes demonstram que há consideráveis razões, ainda passíveis de consolidação, para celebrarmos os resultados alcançados até aqui, na prevenção e combate à corrupção, entre eles o embrião da Unidade de Combate a Corrupção, hoje, um jovem com 21 anos, que é o **Gabinete Central de Combate à Corrupção.**

7. No entanto, temos de reconhecer, colectivamente, que apesar dos esforços empreendidos, a corrupção continua a ser um mal que enferma a nossa sociedade no seu todo e ainda persistem desafios para a sua erradicação.
8. Não obstante, podemos sublinhar que uma maior prevenção e combate à corrupção pode colocar Moçambique na trajectória do desenvolvimento económico e melhorar o nosso posicionamento no concerto das nações.

Caros Compatriotas,

9. **Este é o momento de ruptura.** Na gíria desportiva, esta é a segunda parte do jogo e se vai caracterizar por **elevarmos o combate à corrupção a um verdadeiro pacto nacional.**
10. Ao longo destes meses, o Governo tem dado sinais claros de que o tempo da impunidade terminou, sem caçar as “bruxas” e sem falar muito.
11. Anunciámos, quando prestávamos contas aos contribuintes, que é o povo moçambicano, em torno dos *Primeiros 100 Dias do Nosso Governo*, **a suspensão da compra de aviões pela LAM, naturalmente não por**

falta de ambição, mas por respeito aos princípios que sustentam um Estado forte, ético e íntegro.

12. Um Estado que se quer sólido não mede a sua grandeza pelo número de aviões que adquire, mas pela lisura dos processos que conduz e pela forma como protege cada Metical do erário público. Porque governar não é exhibir poder, é disciplinar o poder. Essa decisão, que expôs a não concretização tempestiva de uma das nossas promessas, simboliza algo maior: **ESTAMOS A MUDAR O PASTO DOS CABRITOS, para que o pasto seja pura e simplesmente o seu salário, e não o erário público, que resulta do suor do povo moçambicano.**

13. **Estamos a reformar o terreno onde os “cabritos” antes se alimentavam sem ética, substituindo o capim da impunidade pelo solo fértil da integridade. É essa mudança (de valores, de critérios e de práticas) que define a força moral de um Estado que se quer respeitado.**

14. Estamos a introduzir mudanças substanciais na contratação pública, a moralizar as Unidades Gestoras Executoras das Aquisições (UGEA's) e a aperfeiçoar os mecanismos de controlo nas autarquias do nosso país,

nos Ministérios e nas empresas do Estado ou públicas. Por isso, mesmo ao nível do Tesouro, no Ministério das Finanças, que era um dos antros da corrupção, já começámos a tomar medidas sérias para que não haja necessidade de alguém pagar só para pedir a transferência do dinheiro para uma instituição pública ainda ou para uma pessoa a nível privado, que fez o trabalho para o Estado. **Essa revisão não é apenas administrativa - é moral**, porque cada contratação bem conduzida é uma porta que se fecha à corrupção; cada concurso auditado é um compromisso renovado com a justiça; e cada mecanismo de controlo reforçado é uma prova de que o Estado não se contenta em reagir, queremos prevenir.

15. Mas sejamos claros: não é pouco, mas também não é o bastante. Vamos ser francos. **A corrupção não se combate apenas com leis ou decretos, combate-se com coerência. E coerência, neste contexto, significa começar por nós próprios: por quem governa, por quem decide, por quem assina, por quem tem o dever de dar o exemplo.**

16. *Um Estado que exige integridade deve primeiro ser íntegro na sua conduta e actuação.* Por isso, a primeira reforma é interna: é a **reforma da consciência pública.**

Só assim poderemos exigir dos outros aquilo que já praticamos, ou seja, *exigiremos dos outros o que fazemos e não o que apenas falamos*. Só assim o combate à corrupção deixará de ser um *slogan* para se tornar uma cultura de Governo.

17. Não ignoramos que, nisto, **os agentes da corrupção, alguns deles organizados em cartéis, contra-atacam e desferrem todo o tipo de golpes sobre** “os cabritos que, mesmo famintos e diante de verdes e apetitosos pastos, se abstêm de comê-los por saberem que não lhes pertence”, isto é, está a nascer um fenómeno de combater aqueles que combatem a corrupção; **aquele cidadão que se esforça em colocar o interesse público acima dos interesses individuais, em repor a legalidade e em proteger os bens públicos. Esses agentes usam, para isso, todo o tipo de instrumentos e expedientes, incluindo o assassinato vil de carácter.** Quero aqui avisar que estamos atentos e isto está longe de nos surpreender e de nos fazer recuar. Vamos até ao fim protegendo os combatentes da corrupção.

18. O combate à corrupção é um dos maiores testes da nossa geração. Não é apenas um desafio político; é uma

luta moral e geracional em que todos nós temos que participar.

19. Na verdade, nenhum País se desenvolve quando o mérito é substituído pelo favor. Nenhum Estado é respeitado quando o cidadão precisa pagar para ter o que já lhe pertence. **Cada gestor, cada servidor público, cada cidadão, cada um de nós, todos somos guardiões do bem comum.** E é esse bem comum que está em causa e caber a cada um de nós prestar o seu serviço como deve ser.

20. Para isso, queremos deixar **algumas recomendações** que orientarão a nossa acção colectiva como nação.

21. **Em primeiro lugar, ao Governo e às instituições públicas,** recomendamos **disciplina, transparência e, sobretudo, coragem no combate à corrupção.**

22. É imperativo reforçar os mecanismos de controlo interno, garantir **concursos públicos justos e transparentes**, eliminar **“funcionários fantasmas”**, incluindo punir aqueles que fazem “funcionários fantasmas”, porque os “funcionários fantasmas” não saíram de casa, alguém os fez, e este que fabrica

“fantasmas” deve ser responsabilizado e estamos a trabalhar nisso; responsabilizar gestores que desviam recursos do Estado.

23. A **digitalização e interoperabilidade dos serviços públicos** devem ser aceleradas, reduzindo espaços para práticas ilícitas e aproximando os serviços do cidadão.
24. Devemos praticar o princípio de “**menor contacto possível**” entre o cidadão e o servidor público, privilegiando o uso das tecnologias de informação e comunicação e todas as plataformas digitais, eliminando, assim, oportunidades para a corrupção.
25. **Em segundo lugar, aos órgãos da Administração da Justiça de fiscalização e inspecção**, apelamos para que **consolidem a sua independência funcional e estabilidade**.
26. Os tribunais devem estar **ao serviço da justiça justa, com celeridade e não da impunidade**. A Procuradoria-Geral da República, o Gabinete Central de Combate à Corrupção, o Tribunal Administrativo e outras entidades devem ser **verdadeiros guardiões da integridade e da honestidade**, actuando com coragem

e isenção. O povo espera justiça — e **a justiça não pode tardar.**

27. **Em terceiro lugar, à Sociedade Civil e à Comunicação Social,** queremos reafirmar o papel **insubstituível** que desempenham no desenvolvimento deste país. Queremos uma Comunicação Social íntegra, honesta, responsável e que pauta pela verdade.

28. O Estado precisa de **cidadãos vigilantes, organizações activas e jornalistas livres e responsáveis,** que denunciem irregularidades, investiguem abusos, trabalhem com factos e não especulações e despertem consciências dos cidadãos moçambicanos.

29. A **liberdade de expressão** deve andar de mãos dadas com a **responsabilidade cívica** de construir um Moçambique mais justo e transparente.

30. **Em quarto lugar, aos jovens e às mulheres,** deixamos uma palavra de **esperança e confiança.** A corrupção rouba oportunidades para emprego e tantas outras oportunidades para a nossa juventude, destrói sonhos da mulher moçambicana e compromete o futuro da sociedade.

31. O nosso compromisso é criar um país onde o **talento, a criatividade e a energia** dos jovens e das mulheres floresçam plenamente. Rejeitem o caminho fácil do aliciamento, da fraude e do compadrio — **façam da integridade a vossa moda, uma moda que pega para todos moçambicanos.**
32. **Em quinto lugar, ao Sector Privado**, apelamos à adopção de **padrões éticos inabaláveis**. O desenvolvimento económico não pode ser construído sobre a base de **negócios ilícitos ou compadrios**. O Estado será sempre **um parceiro firme e justo**, mas **não tolerará práticas desonestas ao nível do sector privado.**
33. Empresas que concorrem de forma transparente, que pagam impostos com justiça e respeitam os cidadãos **encontrarão sempre portas abertas ao nível do Estado moçambicano.**
34. **Por fim, aos nossos parceiros internacionais**, reafirmamos que Moçambique **permanece empenhado na cooperação multilateral, liderada pelas Nações Unidas; e bilateral** em matéria de integridade e boa governação. Queremos aqui agradecer ao Representante das Nações Unidas, do Gabinete para o

Combate à Corrupção, à Droga e outros crimes transnacionais, pela presença e pelo apoio dado para esta matéria, incluindo ao Reino da Noruega.

35. A corrupção **não conhece fronteiras**, e o seu combate exige **solidariedade e cooperação internacional**. Queremos **partilhar experiências, aprender com boas práticas e consolidar a credibilidade de Moçambique** junto da comunidade internacional.

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

36. Queremos tomar desta ocasião para expressar o nosso profundo apreço a todos os **oradores, moderadores e participantes** que enriqueceram esta conferência com o seu saber e dedicação ao fortalecimento do Estado de Direito Democrático.
37. Saudamos igualmente os representantes de várias entidades, públicas e privadas, lideranças dos partidos políticos, organizações sócio-profissionais, parceiros de cooperação baseados no país e outros convidados internacionais que se juntaram a esta iniciativa.
38. Felicitamos, de forma especial, a liderança e toda a equipa da Procuradoria-Geral da República de

Moçambique; aos magistrados aqui presentes, do Ministério Público, Judiciais, incluindo dos Tribunais Administrativo e Aduaneiro, bem como o contributo dado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime e o Reino da Noruega, que tornaram possível este momento. **Muito obrigado!**

39. Eis um testemunho inequívoco da colaboração profícua entre o Governo, o Ministério Público, a sociedade civil e os parceiros de desenvolvimento. Queremos reiterar aos nossos amigos da Comunicação Social, a sociedade civil, os parceiros de desenvolvimento aqui presentes o nosso compromisso no combate à corrupção. Que continuemos unidos. Denunciem casos de corrupção, mesmo com indícios, para nós podermos, juntos, investigar e apurar a verdade jurídica e material para a tomada de medidas.

Caros Participantes!

40. Hoje encerramos esta Conferência Nacional sobre o Combate à Corrupção, **mas não encerramos a nossa missão.**
41. A nossa Agenda Comum permanece: **prevenir e combater a corrupção, de forma a desenvolver**

Moçambique, centrado na Independência Económica, cujos alicerces estamos a lançar, promovendo e consolidando a democracia, a paz, a reconciliação nacional entre os moçambicanos, a inclusão, a boa governação e o Diálogo Nacional Inclusivo.

42. A diversidade dos participantes neste evento, desde a sua abertura, mostra que unidos continuaremos a consolidar as instituições nacionais.
43. Mostra ainda que, ao longo dos anos, temos ganhos, aprendemos lições importantes e que estamos todos comprometidos na melhoria da qualidade de vida e no bem-estar das famílias moçambicanas, na redução das desigualdades sociais, que passam pelo combate à corrupção e da pobreza, na criação de um ambiente de paz, harmonia e tranquilidade, um bom ambiente de negócios em Moçambique com um forte estímulo na criação de emprego para os moçambicanos.
44. Saibam que, do nosso lado, estamos convictos que, em coordenação com as instituições vocacionadas para o efeito, queremos acabar com a impunidade a todos os níveis, evitando estar sempre a repetir em cada Conferência ***“...que agora sim, este é o ano Zero de***

Prevenção e Combate à Corrupção”, caindo, desta forma, numa falácia. **Vamos partir para a acção.**

45. Dissemos, no nosso Discurso de Investidura e voltamos a reiterar, ***“queremos fazer diferente, para alcançar resultados positivos diferentes”***, o que passa necessariamente, não só por palavras desprovidas de conteúdo, mas sim pela acção na prevenção e, acima de tudo, no combate à corrupção.

46. Por isso, lanço, a partir deste local, um compromisso diante do povo moçambicano: que **enquanto nós continuarmos juntos não haverá espaço para a cultura da “nhonga” e do “refresco” como modo de vida, ou seja, pára o “cabritismo”. O “cabrito” pode continuar amarrado, mas a corda será curta e frágil; e corre o risco de o pasto acabar e morrer.**

47. Que esta conferência não seja lembrada pelo tamanho das palavras, mas pela profundidade das mudanças que vai inspirar. **Que daqui nasça um novo pacto: um pacto entre o Estado e o cidadão, através de todos os estratos sociais – sector privado, sociedade civil, Comunicação Social – entre o dever e a honra, entre o poder e a verdade.**

48. Esperamos, sinceramente, que este evento tenha sido mais um contributo para o desenvolvimento sustentável e inclusivo que todos, como moçambicanos, almejamos para o nosso país e fazemos votos para que, nos próximos anos, estejamos em outros eventos desta cariz, a debater não os retrocessos, mas os progressos ocorridos enquanto uma jovem Nação, pelo que apelamos a todos a servirem-se da Declaração de Maputo como instrumento orientador de todos nós.

A todos, muito obrigado pela atenção dispensada!

Por um Moçambique livre da corrupção!

Por um Estado que se respeita; e

Por um Povo que acredita,

VAMOS TRABALHAR!